

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	8
DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	9
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	10
Demonstração de Valor Adicionado	11
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	24

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	71
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	74
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	75

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	675.002.500
Preferenciais	0
Total	675.002.500
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	4.224.670	4.148.373	3.464.690
1.01	Ativo Circulante	736.671	955.931	695.951
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	243.812	460.030	326.610
1.01.02	Aplicações Financeiras	118.361	121.505	62.954
1.01.03	Contas a Receber	337.059	340.342	275.672
1.01.03.01	Clientes	337.059	340.342	275.672
1.01.04	Estoques	12.377	12.230	2.603
1.01.06	Tributos a Recuperar	17.190	17.819	17.712
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.105	2.749	7.495
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.767	1.256	2.905
1.01.08.03	Outros	1.767	1.256	2.905
1.01.08.03.01	Outros ativos	1.633	1.117	2.719
1.01.08.03.02	Créditos com partes relacionadas	134	139	186
1.02	Ativo Não Circulante	3.487.999	3.192.442	2.768.739
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	661.983	542.498	291.176
1.02.01.04	Contas a Receber	3.608	0	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	226.635	166.282	89.944
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	34.674	33.963	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	397.066	342.253	201.232
1.02.01.10.03	Ativo de contrato	306.551	339.627	201.230
1.02.01.10.04	Depósitos judiciais	974	461	2
1.02.01.10.05	Outros ativos	0	2.165	0
1.02.01.10.06	Aplicações financeiras vinculadas	89.541	0	0
1.02.03	Imobilizado	12.995	10.653	10.275
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.573	8.287	6.824
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	5.422	2.366	3.451
1.02.04	Intangível	2.813.021	2.639.291	2.467.288

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	4.224.670	4.148.373	3.464.690
2.01	Passivo Circulante	445.172	629.386	135.361
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	31.292	26.722	15.786
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	31.292	26.722	15.786
2.01.02	Fornecedores	77.495	72.673	103.468
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.948	7.281	7.564
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	13.439	0	0
2.01.04.02	Debêntures	13.439	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	315.998	522.710	8.543
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.305	2.088	1.561
2.01.05.02	Outros	313.693	520.622	6.982
2.01.05.02.04	Passivos de arrendamento	3.075	2.048	2.265
2.01.05.02.05	Ônus da concessão	304.438	513.624	2.123
2.01.05.02.06	Outras obrigações	6.180	4.950	2.594
2.02	Passivo Não Circulante	3.543.747	3.167.027	2.829.797
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.536.322	3.165.006	2.340.929
2.02.01.02	Debêntures	3.536.322	3.165.006	2.340.929
2.02.02	Outras Obrigações	2.826	779	488.454
2.02.02.02	Outros	2.826	779	488.454
2.02.02.02.03	Passivos de arrendamento	2.826	779	1.667
2.02.02.02.04	Ônus da concessão	0	0	486.787
2.02.04	Provisões	4.599	1.242	414
2.02.04.02	Outras Provisões	4.599	1.242	414
2.02.04.02.04	Provisão para contingências	4.599	1.242	414
2.03	Patrimônio Líquido	235.751	351.960	499.532
2.03.01	Capital Social Realizado	675.003	675.003	675.003
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-439.252	-323.043	-175.471

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.175.553	1.046.823	911.527
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-874.827	-854.360	-748.701
3.03	Resultado Bruto	300.726	192.463	162.826
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-320.223	-246.904	-202.510
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-321.645	-247.518	-203.860
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.422	614	1.350
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-19.497	-54.441	-39.684
3.06	Resultado Financeiro	-157.065	-169.469	-144.156
3.06.01	Receitas Financeiras	90.925	61.578	45.348
3.06.02	Despesas Financeiras	-247.990	-231.047	-189.504
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-176.562	-223.910	-183.840
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	60.353	76.338	62.485
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-116.209	-147.572	-121.355
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-116.209	-147.572	-121.355
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,13	-0,17	-0,14
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-0,13	-0,17	-0,14

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	-116.209	-147.572	-121.355
4.03	Resultado Abrangente do Período	-116.209	-147.572	-121.355

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	21.127	-43.473	-519.551
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	305.446	190.529	145.232
6.01.01.01	Prejuízo do exercício antes dos tributos sobre o lucro	-176.562	-223.910	-183.840
6.01.01.02	Depreciação e amortização	73.009	81.735	75.103
6.01.01.03	Atualização monetária da outorga da concessão	-4.921	13.812	8.181
6.01.01.04	Juros sobre debêntures e amortização de custos de transação sobre debêntures	244.129	211.979	173.245
6.01.01.05	Provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber	181.540	111.820	94.302
6.01.01.06	Juros sobre arrendamentos	532	485	557
6.01.01.07	Rendimentos de aplicações financeiras	-15.561	-6.214	-22.730
6.01.01.08	Atualização monetária das contingências	760	134	24
6.01.01.09	Provisão para contingências	2.597	694	390
6.01.01.10	Resultado na alienação de intangível	0	-4	0
6.01.01.11	Resultado na baixa de arrendamento	-77	-2	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-283.824	-233.495	-271.726
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-181.865	-176.490	-247.106
6.01.02.02	Estoques	-147	-9.627	444
6.01.02.03	Tributos a recuperar	629	-107	-10.215
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-25.266	-29.217	-5.487
6.01.02.05	Outros ativos	1.649	-563	-162
6.01.02.06	Fornecedores	4.822	-30.795	-22.559
6.01.02.07	Ônus da concessão	719	180	40
6.01.02.08	Obrigações tributárias	-333	-283	2.388
6.01.02.09	Obrigações trabalhistas	4.570	10.936	9.706
6.01.02.10	Partes relacionadas	222	574	-299
6.01.02.11	Outras obrigações	1.230	2.356	1.526
6.01.02.12	Depósitos judiciais	-513	-459	-2
6.01.02.13	Aplicações financeiras vinculadas	-89.541	0	0
6.01.03	Outros	-495	-507	-393.057

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01.03.01	Pagamento de juros sobre arrendamentos	-495	-507	-543
6.01.03.02	Pagamento de juros de debêntures	0	0	-392.514
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-234.629	-300.667	28.710
6.02.01	Aplicações financeiras	18.705	-52.337	171.575
6.02.02	Adições ao imobilizado	-700	-3.274	-1.846
6.02.03	Adições ao ativo de contrato e intangível	-252.634	-245.094	-141.019
6.02.04	Valor recebido pela venda de intangível	0	38	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.716	477.560	510.684
6.03.01	Aumento de capital	0	0	175.000
6.03.02	Captações de debêntures	0	479.907	2.337.258
6.03.03	Pagamento dos arrendamentos	-2.716	-2.347	-1.574
6.03.04	Pagamento das debêntures	0	0	-2.000.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-216.218	133.420	19.843
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	460.030	326.610	306.767
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	243.812	460.030	326.610

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	675.003	0	0	-323.043	0	351.960
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	675.003	0	0	-323.043	0	351.960
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-116.209	0	-116.209
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-116.209	0	-116.209
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	675.003	0	0	-439.252	0	235.751

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	675.003	0	0	-175.471	0	499.532
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	675.003	0	0	-175.471	0	499.532
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-147.572	0	-147.572
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-147.572	0	-147.572
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	675.003	0	0	-323.043	0	351.960

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	500.003	0	0	-54.116	0	445.887
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	500.003	0	0	-54.116	0	445.887
5.04	Transações de Capital com os Sócios	175.000	0	0	0	0	175.000
5.04.08	Subscrição e integralização de capital	175.000	0	0	0	0	175.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-121.355	0	-121.355
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-121.355	0	-121.355
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	675.003	0	0	-175.471	0	499.532

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.01	Receitas	1.088.541	1.016.342	895.084
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.002.350	869.998	827.066
7.01.02	Outras Receitas	1.422	614	1.350
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	266.309	257.550	160.970
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-181.540	-111.820	-94.302
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-786.493	-746.290	-638.369
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-452.056	-426.506	-424.761
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-68.128	-62.234	-52.638
7.02.04	Outros	-266.309	-257.550	-160.970
7.02.04.01	Custo de construção	-266.309	-257.550	-160.970
7.03	Valor Adicionado Bruto	302.048	270.052	256.715
7.04	Retenções	-71.198	-80.269	-74.837
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-71.198	-80.269	-74.837
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	230.850	189.783	181.878
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	95.361	64.581	47.560
7.06.02	Receitas Financeiras	95.361	64.581	47.560
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	326.211	254.364	229.438
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	326.211	254.364	229.438
7.08.01	Pessoal	113.693	118.010	97.828
7.08.01.01	Remuneração Direta	66.454	73.632	62.434
7.08.01.02	Benefícios	41.752	38.743	30.400
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.487	5.635	4.994
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	64.926	35.183	43.680
7.08.02.01	Federais	56.156	27.608	35.485
7.08.02.02	Estaduais	8.315	7.245	7.923
7.08.02.03	Municipais	455	330	272
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	263.801	248.743	209.285
7.08.03.01	Juros	241.893	227.781	182.620

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.08.03.02	Aluguéis	15.976	17.830	19.964
7.08.03.03	Outras	5.932	3.132	6.701
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-116.209	-147.572	-121.355
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-116.209	-147.572	-121.355

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RESULTADOS RIO+SANEAMENTO 2025

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Rio de Janeiro, 20 de março de 2026 – A administração da Rio+ Saneamento BL3 S.A. (Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários na categoria B, conforme art. 3º, II, Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022) apresenta os resultados do quarto trimestre (“4T25”) de 2025. Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foi examinada pelos auditores independentes.

DESTAQUES



Mais de 766,5 mil economias faturadas de água e esgoto em 2025, representando um crescimento de 8,2% em relação a 2024.



Receita líquida de R\$ 909,2 milhões no 12M25, representando um crescimento de 15,3% em relação ao 12M24.



Foram investidos R\$ 81,6 milhões no 4T25, totalizando mais de R\$ 736,4 milhões desde o início da operação.



EBITDA Pro-forma de R\$ 71,1 milhões em 2025, com margem de 7,6%.



Os investimentos contínuos em infraestrutura realizados pela Rio+ no bairro Âncora, em Rio das Ostras, permitiram a desativação de 3 caixas d’água comunitárias da região. **Cerca de 1,5 mil pessoas foram beneficiadas com água encanada nas suas torneiras.**



Em novembro de 2025 a Fitch Ratings **reafirmou o rating AAA** da Companhia para a 2ª Emissão e a 3ª Emissão

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Mensagem da Administração

A Rio+ Saneamento manteve evolução consistente na execução do plano operacional e de investimentos, com avanços relevantes na ampliação da infraestrutura, no fortalecimento da eficiência dos sistemas, na melhoria do relacionamento com clientes e na geração de impacto socioambiental positivo nas áreas de concessão.

A Companhia manteve a continuidade de investimentos estruturantes em sistemas de água e esgoto, com destaque para a implantação de novos interceptores, ampliação e modernização de redes coletoras, reforço da distribuição de água e automação de unidades operacionais.

As intervenções realizadas contribuíram para o aumento da segurança hídrica, a redução de perdas, a melhoria da eficiência operacional e a ampliação do acesso da população aos serviços de saneamento básico, alinhadas às metas contratuais e regulatórias.

Em 2025, os investimentos superaram R\$ 268 milhões, refletindo a execução consistente do plano de universalização e a priorização de ativos críticos para a sustentabilidade operacional de longo prazo. No ano incluímos 57.817 economias, uma expansão de 8,2% da base de clientes na comparação com o mesmo período de 2024.

No âmbito social, a companhia manteve a execução de programas socioambientais e de relacionamento comunitário, com iniciativas de educação ambiental, visitas técnicas e ações sociais, que geraram impacto positivo em milhares de pessoas ao longo de 2025.

No acumulado de 2025, a Rio+ fechou com uma Receita Líquida de R\$ 909,2 milhões, apresentando um crescimento de 15,3% em relação ao mesmo período de 2024. Essa evolução foi resultado também do investimento em alavancas comerciais que incrementaram o número de economias, mesmo em um ano com temperaturas historicamente mais amenas. O Ebitda Pro-forma foi de R\$ 71,1 milhões (7,6% de margem bruta) no 12M25, representando um aumento de 71,3% com relação ao mesmo período anterior.

O desempenho observado no período evidencia a capacidade de execução da Companhia, a disciplina na alocação de capital e o avanço consistente dos investimentos previstos em contrato. Em novembro de 2025 a Fitch Ratings reafirmou o rating AAA da Companhia para a 2ª Emissão e a 3ª Emissão de Debêntures.

A Rio+ Saneamento encerra o exercício com foco na eficiência operacional, no cumprimento das obrigações regulatórias e na criação de valor sustentável para seus stakeholders, incluindo clientes, poder concedente e investidores.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



1 - Destaques financeiros

Destaques 4T25	
Receita líquida (R\$ milhões) ¹	Economias faturadas
235,2	766.515
Investimentos (R\$ milhões)	Margem EBITDA ²
81,6	2,5%

A receita líquida¹ no 4T25 foi de R\$ 235,2 milhões, um crescimento de 14,5% em relação ao 4T24 e a margem EBITDA² no período foi de 2,5%.

Em R\$ milhões	4T25	4T24	4T25 x 4T24	12M25	12M24	12M25 X 12M24
Receita líquida	318,0	287,4	30,6	1.175,5	1.047,1	128,4
Receita de prestação de serviços (a)	234,9	205,4	29,5	909,2	789,5	119,7
Receita de construção	83,1	82,0	1,1	266,3	257,5	8,8
Custo e Despesas Operacionais	(252,3)	(220,3)	(32,0)	(930,1)	(843,9)	(86,1)
Custos e despesas operacionais	(229,3)	(199,1)	(30,2)	(859,0)	(763,7)	(95,3)
Depreciação e amortização	(23,0)	(21,1)	(1,8)	(71,1)	(80,3)	9,1
Resultado financeiro	(35,5)	(53,2)	17,7	(157,1)	(169,5)	12,4
Resultado do período	(34,7)	(45,0)	10,3	(116,2)	(147,6)	31,4
Margem líquida	-10,9%	-15,7%	4,7%	-9,9%	-14,1%	24,4%
EBITDA	5,6	6,2	(0,6)	50,2	25,8	24,4
¹ Margem EBITDA	2,4%	3,0%	-0,7%	5,5%	3,3%	20,4%
Ajustes gerenciais						
² Receita financeira operacional (b)	5,1	3,4	1,7	19,5	15,6	3,8
Receita de prestação de serviços (a+b)	240,0	208,8	31,2	928,7	805,1	123,5
EBITDA Pro-forma	10,7	9,7	1,0	69,7	41,5	28,2
¹ Margem EBITDA Pro-forma	4,5%	4,6%	3,3%	7,5%	5,2%	22,8%

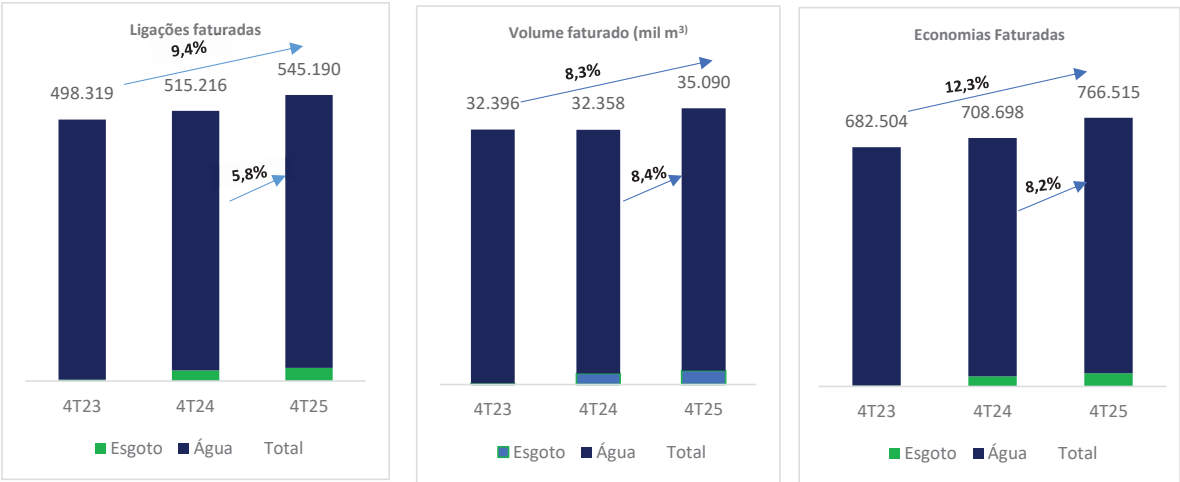
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Receita líquida, excluindo receita de construção
¹Margem EBITDA = EBITDA / Receita líquida (excluindo receita de construção)
²Receita financeira operacional são os juros e multas aplicados nas faturas dos clientes recebidas em atraso

2 - Destaques operacionais

2.1 - Indicadores operacionais



2.1.1 Economias

A Companhia atingiu o total de 766,5 mil economias faturadas ao final do quarto trimestre de 2025. Esse número representou um incremento de 8,2% em novas economias faturadas quando comparado o 4T24. O trimestre foi marcado por ações de otimização de custos operações e ações comerciais, visando o crescimento estratégico da base de clientes.

Perfil de consumidores 4T25	Faturamento	Economias
Residencial	56%	64%
Tarifa Social	9%	32%
Não residencial	35%	5%

O faturamento da Companhia possui uma parcela significativa de clientes industriais e de grande porte que contribuem para a estabilidade da receita. Estes clientes representam 35% do nosso faturamento. Destacamos também que os clientes atendidos por meio de Tarifa Social correspondem a apenas 9% do total do faturamento

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



e 32% da nossa base de clientes. A inclusão de clientes na Tarifa Social faz parte da nossa estratégia para mitigar perdas e inadimplência, permitindo o acesso ao serviço de água e esgoto à população mais vulnerável.

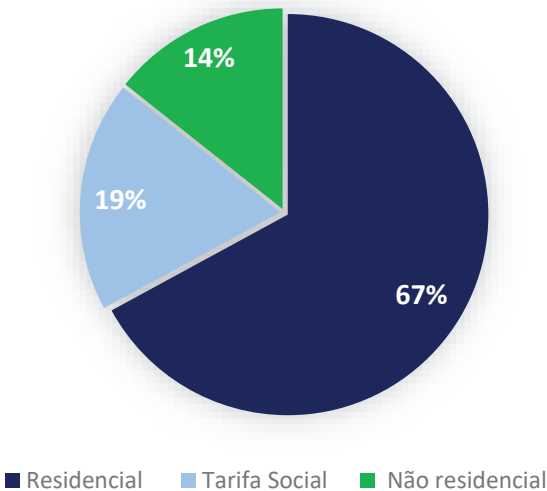
Por Economias entende-se imóvel de uma única ocupação, ou subdivisão de imóvel com ocupação independente das demais, perfeitamente identificável ou comprovável em função da finalidade de sua ocupação legal, dotado de instalação privativa ou comum para uso dos serviços de abastecimento de água ou de coleta de esgoto. Exemplo, um prédio com 10 apartamentos possui uma ligação e 10 economias.

2.1.2 Volumes

O volume faturado de água e esgoto no quarto trimestre de 2025 foi de 35.090 mil m³, vide tabela abaixo.

Volume Faturado (em mil m³)	4T25	4T24	Var.	Var.%
Água	33.327	30.945	2.383	7,15%
Esgoto	1.763	1.413	349	19,82%
Total	35.090	32.358	2.732	8,34%

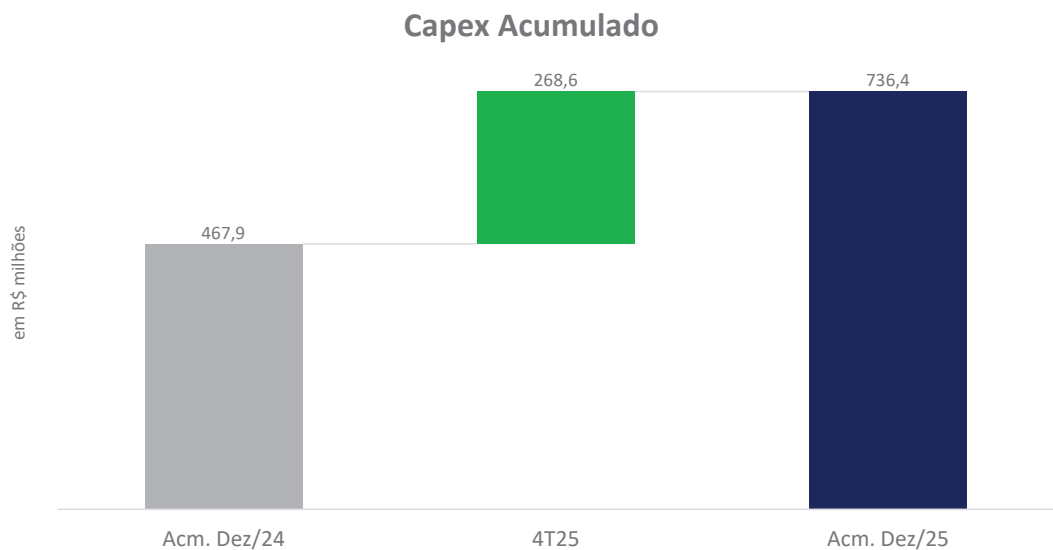
Volume faturado de água por categoria:



3 - Investimento

O total de investimentos realizado pela Rio+ no quarto trimestre de 2025 foi de R\$ 82,6 milhões, representando um crescimento de 17,6% no investimento acumulado até dezembro de 2024. No acumulado de 2025, a Rio+ investiu 268,6 milhões, correspondendo a uma evolução de 57,4% em relação ao 12M24. Na visão acumulada a companhia já investiu 736,4 milhões desde sua fase pré-operacional.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Principais investimentos

Ao longo de 2025, a Rio+ Saneamento intensificou ações para a melhoria dos serviços de saneamento básico nos 18 municípios do estado onde atua, incluindo 24 bairros da Zona Oeste carioca. As iniciativas incluíram obras para reforçar o abastecimento de água, ampliar a coleta e o tratamento de esgoto e modernizar sistemas, com foco em regiões que enfrentavam maiores desafios operacionais. As ações contribuíram para mais regularidade no fornecimento, maior eficiência dos sistemas e melhoria da qualidade de vida da população.

No Rio de Janeiro, onde a concessionária atua na distribuição de água na Zona Oeste, houve avanços importantes nas obras de adutoras em Santa Cruz e Guaratiba, priorizando áreas com histórico de desabastecimento. Também foram realizadas extensões e substituições de redes em bairros como Guaratiba, Paciência, Realengo e Campo Grande. Em Cosmos, foi iniciado um projeto para aumentar a eficiência do sistema, com intervenções em tubulações, hidrômetros e infraestrutura para ampliar a pressão.

As ações incluem ainda a implantação de válvulas inteligentes com tecnologia que permite o controle remoto da pressão e da vazão do sistema de distribuição, além de unidades de bombeamento (boosters) e substituição de equipamentos, melhorando o fornecimento em áreas mais elevadas e nas pontas de rede.

Na Região Metropolitana, as ações para aprimorar o abastecimento também contaram com o apoio da tecnologia. Em Itaguaí, a modernização da Unidade de Tratamento (UT) de Mazomba, com a automatização do sistema, permite um melhor acompanhamento em tempo real da distribuição de água. Já no bairro Vila Ibirapitanga, a implantação de uma nova rede de distribuição, mais moderna e resistente, reduziu perdas, melhorou a vazão e garantiu maior regularidade no abastecimento para milhares de moradores.

Em Paracambi, a inauguração da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) de Lages possibilitou a interligação de mais de 21 km de rede coletora e a ampliação da coleta de esgoto, contribuindo para a melhoria ambiental do município. Também foram realizadas intervenções no sistema de abastecimento, com a instalação de novos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



registros e válvulas e a interligação de duas adutoras estratégicas.

Em Seropédica, a concessionária concluiu a modernização do sistema de abastecimento de água da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), com a substituição de uma rede que atendia a instituição há cerca de 70 anos.

Em Rio das Ostras, a concessionária avançou na implantação de novas redes e em obras de modernização para ampliar o abastecimento de água, especialmente em áreas que não contavam com abastecimento regular. No bairro Âncora, a extensão de cerca de 6 km de rede levou água encanada a residências antes não atendidas, permitindo a retirada de caixas d'água comunitárias. Entre outras intervenções, destacam-se ainda a instalação de novos macro medidores e as ampliações da captação Ponte do Baião.

O município também registrou avanços na expansão da rede de esgoto nos bairros Costazul e Village, com a implantação de mais de 12 km de rede coletora. Outro destaque foi a implantação de um novo interceptor para conduzir esgoto até a ETE Mariléia, representando um avanço importante para a preservação ambiental e a saúde pública.

Em Vassouras, no Centro-Sul Fluminense, a concessionária continua com seus investimentos para implantação de cerca de 10 km de rede de esgoto, beneficiando bairros como Centro, Grecco e Residência, garantindo o tratamento adequado do esgoto e contribuindo para o desenvolvimento do município.

Avanços também foram registrados em cidades como Macuco, São José de Ubá e São Fidélis, com importantes obras de extensão das redes de abastecimento de água. Em Natividade, foi implantado um novo reservatório de água tratada no distrito de Bom Jesus do Querendo, enquanto em Carapebus houve ampliação da rede de esgoto.

4 - Receita líquida¹

No 4T25, a receita líquida¹ apresentou um aumento de 14,5%, alcançando R\$ 235,2 milhões em comparação ao 4T24. Esse aumento é resultado do reajuste tarifário e do crescimento de novas economias faturadas, movidos pelas ações comerciais e intensificação dos investimentos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Evolução da Receita Líquida Operacional



*Receita líquida, excluindo receita de construção

5 - Custos e despesas operacionais

No 4T25, os custos e despesas operacionais, com exceção da depreciação e amortização e do custo de construção, totalizaram R\$ 229, milhões, um aumento de 14,3% em comparação ao 4T24. Esse aumento é explicado principalmente pelo incremento da PDD, alinhado com a expansão da base de clientes.

Em R\$ milhões	4T25	4T24	4T25 x 4T24
Pessoal	(35,6)	(36,1)	0,5
Energia	(7,4)	(7,9)	0,5
Serviços de terceiros	(99,3)	(99,5)	0,3
Materiais, equipamentos e veículos	(15,2)	(12,7)	(2,5)
Outros custos e despesas	(71,8)	(40,0)	(31,8)
Custos e despesas operacionais	(229,3)	(196,3)	(33,0)
Custo de construção	(83,1)	(82,0)	(1,1)
Depreciação e amortização	(23,0)	(21,1)	(1,9)
Total	(335,4)	(299,5)	(35,9)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em R\$ milhões	12M25	12M24	12M25 x 12M24
Pessoal	(136,6)	(140,9)	4,3
Energia	(27,7)	(26,7)	(1,0)
Serviços de terceiros	(401,4)	(380,0)	(21,4)
Materiais, equipamentos e veículos	(50,8)	(48,3)	(2,5)
Outros custos e despesas	(242,5)	(165,4)	(77,1)
Custos e despesas operacionais	(859,0)	(761,3)	(97,7)
Custo de construção	(266,3)	(257,6)	(8,8)
Depreciação e amortização	(71,2)	(80,3)	9,1
Total	(1.196,5)	(1.099,1)	(97,4)

6 - EBITDA

No 4T25, a Rio+ Saneamento atingiu R\$ 5,9 milhões de EBITDA, com margem positiva de 2,5%.

Podemos acompanhar a conciliação do EBITDA conforme instrução CVM 156:

Em R\$ milhões	4T25	4T24	4T25 x 4T24
Prejuízo do período	(34,7)	(45,0)	10,3
Resultado financeiro	35,5	53,2	(17,7)
Imposto de renda e contribuição social	(17,9)	(23,1)	5,2
Depreciação e amortização	23,0	21,1	1,8
EBITDA	5,9	6,2	(0,4)
<i>Margem EBITDA</i>	<i>2,5%</i>	<i>3,0%</i>	<i>-0,5%</i>

Relacionamento com os auditores independentes

Em conformidade com a Resolução CVM 162/22, informamos que a Companhia adota como procedimento formal consultar os auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. ("EY"), no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. Informamos que atualmente, a EY é a responsável pelos serviços de auditoria externa e revisão trimestral da Rio+ Saneamento BL3 S.A.. Os comentários de desempenho podem incluir informações relacionadas a investimentos projetados e dados não-financeiros os quais não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e/ou revisão das informações trimestrais e não foram examinados pelos auditores independentes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELAÇÃO COM INVESTIDORES

ri@riomaissaneamento.com.br

+55 21 3961-7000

<https://www.riomaissaneamento.com.br/relacao-com-investidores>

Notas Explicativas

Rio+ Saneamento BL3 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Rio+ Saneamento BL3 S.A. ("Companhia") com sede localizada na Rua Victor Civita, nº 66 - Bloco 1 Sala 201 e 202, Jacarepaguá, no Município do Rio de Janeiro - RJ - Brasil, controlada por Rio+ Saneamento Participações S.A. tem por objeto social a exploração de serviços públicos de fornecimento de água e esgotamento sanitário, dos serviços complementares, a exploração de fontes de receitas adicionais e atividades correlatas do Bloco 3 do Rio de Janeiro, nos termos do Contrato de Concessão nº 011/2022, celebrado com o Estado do Rio de Janeiro. Em 28 de março de 2022, foi assinado o contrato de concessão. Após assinatura, teve início o período de operação assistida do sistema pelo período de 180 dias. Em 1º de agosto de 2022, a Companhia assumiu a operação do sistema de fornecimento de água e esgotamento sanitário.

Os municípios que integram o bloco são: Bom Jardim, Carapebus, Carmo, Itaguaí, Macuco, Natividade, Paracambi, Pinheiral, Piraí, Rio Claro, Rio das Ostras, São Fidélis, São José de Ubá, Seropédica, Sumidouro, Trajano de Moraes, Vassouras e Rio de Janeiro (AP5), nos bairros de: Bangu, Barra de Guaratiba, Campo dos Afonsos, Campo Grande, Cosmos, Deodoro, Gericinó, Guaratiba, Inhoaíba, Jardim Sulacap, Magalhães Bastos, Paciência, Padre Miguel, Pedra de Guaratiba, Realengo, Santa Cruz, Santíssimo, Senador Camará, Senador Vasconcelos, Sepetiba, Vila Kennedy e Vila Militar.

Segmento operacional

A Administração da Companhia avaliou a natureza do ambiente regulado em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade a prestação de serviços de saneamento (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para o gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional.

Notas Explicativas

Rio+ Saneamento BL3 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$ 116.209, uma redução de R\$ 31.363 em comparação ao prejuízo de R\$ 147.572 em 31 de dezembro de 2024, refletindo a evolução gradual dos resultados. A concessão possui prazo de 35 anos e encontra-se em fase inicial de operação. Nesse estágio, a geração de prejuízos é esperada, considerando o período de maturação das operações e o nível de investimentos necessários para o desenvolvimento das atividades e atendimento das metas contratuais.

A administração da Companhia não tem conhecimento de incertezas materiais que possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Assim, essas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Companhia ressalta que está corrente com as suas obrigações, que tem rating 'AAA' e não tem enfrentado restrições de crédito.

Reforma tributária

Em 2025, a reforma tributária sobre o valor agregado foi regulamentada por meio da Lei Complementar nº 214/2025 ("Reforma"), prevendo a substituição de tributos como PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI pelos tributos Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS") e Imposto sobre Bens e Serviços ("IBS"). O objetivo é simplificar o sistema tributário brasileiro e aumentar a eficiência operacional e o grau de transparência na cadeia de circulação de bens e serviços.

O período de transição para a nova metodologia de tributação ocorre entre 2026 e 2032, com elevação gradual até alcançar a alíquota plena em 2033, não havendo incidência, no primeiro ano de transição, dos novos tributos implementados pela reforma. A Companhia permanece acompanhando de forma contínua os desdobramentos regulatórios e operacionais decorrentes da Reforma, incluindo avaliação de impactos futuros em sua operação e créditos tributários. Adicionalmente, a Companhia está realizando revisões em seus sistemas e processos internos para garantir a conformidade com os novos requisitos legais.

Notas Explicativas

Rio+ Saneamento BL3 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 (R1), na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 20 de março de 2026, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Notas Explicativas

Rio+ Saneamento BL3 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Os instrumentos que não são elegíveis para a classificação de caixa e equivalentes de caixa, devido à sua liquidez, prazo de vencimento ou mesmo ao risco de mudança de valor, são classificados como aplicações financeiras.

3.2. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber.

Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento.

O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa.

Notas Explicativas

Rio+ Saneamento BL3 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.3. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), se houver.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Companhia. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva.

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos.

Notas Explicativas

Rio+ Saneamento BL3 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.4. Ativo de contrato

Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível.

3.5. Intangível

a) Sistema de água e esgoto

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05).

O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

b) Outorga da concessão

Refere-se à outorga registrada no ativo intangível (Nota 15) e as respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades). Estão registradas no passivo circulante e/ou passivo não circulante.

A amortização reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro.

Notas Explicativas

Rio+ Saneamento BL3 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.5. Intangível--Continuação

c) Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada.

d) Capitalização de juros e encargos financeiros

Os custos de debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição e construção de um ativo intangível qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso pretendido, são capitalizados como parte do custo do ativo, líquidos dos rendimentos de aplicações financeiras auferidos sobre os recursos ainda não investidos, quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança.

3.6. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros - custo amortizado

São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros.

Notas Explicativas

Rio+ Saneamento BL3 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.6. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado

São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos.

Ativos financeiros - mensuração inicial

No reconhecimento inicial a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro.

Ativos financeiros - mensuração subsequente

- *Custo amortizado*: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.
- *Valor justo por meio do resultado*: os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho ou perda no resultado do exercício.

Passivos financeiros - reconhecimento inicial

Todos os passivos financeiros da Companhia são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, debêntures e ônus da concessão.

Notas Explicativas

Rio+ Saneamento BL3 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.6. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros - mensuração subsequente

- *Custo amortizado*: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva.
- *Valor justo por meio do resultado*: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho ou perda no resultado do exercício.

Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- A Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Notas Explicativas

Rio+ Saneamento BL3 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.7. Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros

Os ativos da Companhia são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados disponíveis, entre outros indicadores.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Companhia.

3.8. Debêntures

As debêntures foram reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstradas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos das debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos das debêntures são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Custos das debêntures compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade na captação.

Notas Explicativas

Rio+ Saneamento BL3 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.9. Provisões

Geral

São reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.10. Receita operacional

i) Receita de prestação de serviços

Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados.

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados.

Notas Explicativas

Rio+ Saneamento BL3 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.10. Receita operacional--Continuação

ii) Receitas de construção

A receita relacionada à construção compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. Para mensuração destas receitas, a Companhia estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção.

3.11. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva.

As despesas financeiras abrangem substancialmente os juros sobre debêntures. As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido.

3.12. Prejuízo por ação

O prejuízo por ação (básico e diluído) é calculado dividindo-se o prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação. Na data da apresentação das demonstrações financeiras a Companhia não possuía ações ordinárias potencialmente diluidoras. Portanto, o lucro (prejuízo) básico e diluído por ação são idênticos.

Notas Explicativas

Rio+ Saneamento BL3 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.13. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e refletem as modificações no caixa que ocorreram no exercício apresentado, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.14. Demonstração do valor adicionado

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações financeiras. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Resolução CVM 117/22.

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

3.15. Tributos

Imposto de renda e contribuição social correntes

A Companhia adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício, quando aplicáveis.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa da contribuição social e as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação.

Notas Explicativas

Rio+ Saneamento BL3 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.15. Tributos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributos sobre as receitas

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS")	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	7,60%

Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

Rio+ Saneamento BL3 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.16. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados.

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

O CPC emitiu a revisão de pronunciamentos técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas *pelo Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no CPC 02 (R2) e no CPC 37 (R1). Esta mudança especifica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o CPC emitiu alterações ao CPC 18 (R3) e à interpretação técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas demonstrações financeiras separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

Notas Explicativas

Rio+ Saneamento BL3 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.17. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis:

Introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa, que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Ademais, há alterações consequentes em vários outros padrões.

Notas Explicativas

Rio+ Saneamento BL3 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.17. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis:--Continuação

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras da Companhia são os seguintes:

- Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (*Management-defined performance measures* - MPMs); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores reapresentados de acordo com o CPC 51 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com o CPC 26 (R1);
- Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2).

As alterações entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. No Brasil a adoção antecipada não é permitida. O CPC 51 será aplicado retrospectivamente.

IFRS 19: Subsidiárias Sem Responsabilidade Pública: Divulgações:

Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos, enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação de outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período do relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido pelo IFRS 10/CPC 36 (R3), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Notas Explicativas

Rio+ Saneamento BL3 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.17. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:

As alterações introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Tais alterações deverão ser incorporadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, por meio de revisões nos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As principais alterações introduzidas são as seguintes:

- Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na “data de liquidação” e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação;
- Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados;
- Esclarecimentos sobre o que constitui “características sem direito de regresso” e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados.

Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI).

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

Tais alterações, a princípio, não trazem impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. No entanto, a Companhia continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará, após as revisões emitidas pelo CPC, a necessidade de atualização de suas políticas e ou processos.

Notas Explicativas

Rio+ Saneamento BL3 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.17. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11:

O *International Accounting Standards Board* - IASB emitiu 9 alterações de escopo limitado, que abrangem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: (i) IFRS 1 - Adoção inicial das normas internacionais de relatório financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das normas internacionais de contabilidade); (ii) IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7; (iii) IFRS 9 - Instrumentos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos financeiros); (iv) IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas); e (v) IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de Caixa).

Em decorrência das alterações citadas, o CPC deverá refletir tais mudanças em futuras revisões nos respectivos pronunciamentos. Os efeitos terão início em ou pós 1º janeiro de 2026. Não são esperados impactos materiais nas demonstrações financeiras em decorrência das alterações.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais:

As alterações somente se aplicam a contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais e:

- Esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para os contratos abrangidos;
- Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos;
- Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

Tais alterações terão início em ou pós 1º janeiro de 2026, sendo sua adoção antecipada permitida desde que divulgada. Em convergência com as normas internacionais, o CPC deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 e do CPC 40 (R1).

Tais alterações, a princípio, não trazem impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia. No entanto, a Companhia continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará, após as revisões emitidas pelo CPC, a necessidade de atualização de suas políticas e ou processos.

Notas Explicativas

Rio+ Saneamento BL3 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras pela Companhia requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em exercícios futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado.

Estimativas e premissas contábeis

As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir:

a) *Vida útil dos ativos intangíveis*

Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro.

Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

b) *Provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber*

A Companhia registra as perdas de crédito esperadas de contas a receber, considerando a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, vencimento da carteira de contas a receber e expectativas de perdas futuras. Ainda que a Companhia acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes.

Notas Explicativas

Rio+ Saneamento BL3 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas contábeis--Continuação

c) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

d) *Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e ambientais*

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

e) *Receita não faturada*

As receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com último faturamento de cada ciclo de leitura. Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.10 e 8.

Notas Explicativas

Rio+ Saneamento BL3 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de riscos financeiros

5.1. Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, são como segue:

		Hierarquia do valor justo	31/12/2025		31/12/2024	
Classificação por categoria			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros:						
Equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	243.274	243.274	459.813	459.813
Aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	207.902	207.902	121.505	121.505
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	340.667	340.667	340.342	340.342
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	134	134	139	139
Passivos financeiros:						
Fornecedores	Custo amortizado	-	77.495	77.495	72.673	72.673
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	-	5.901	5.901	2.827	2.827
Debêntures	Custo amortizado	-	3.549.761	4.001.555	3.165.006	3.165.006
Ônus da concessão	Custo amortizado	-	304.438	304.438	513.624	513.624
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	2.305	2.305	2.088	2.088

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

Notas Explicativas

Rio+ Saneamento BL3 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de riscos financeiros--Continuação

5.2. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Companhia, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços.

Risco de taxas de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações, assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Companhia obtém aportes de capital de sua controladora, ou obtém empréstimos, financiamentos ou debêntures em moedas locais sujeitos à flutuação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampla ("IPCA"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa.

A Companhia também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), e a parcela remanescente da outorga fixa, que está sujeita à flutuação do IPCA.

A análise de sensibilidade dos juros sobre os equivalentes de caixa, aplicações financeiras, debêntures (sem os custos de transação) e a parcela remanescente da outorga fixa utilizou as projeções do CDI e IPCA para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica Focus, do Banco Central do Brasil, e do Banco Itaú. O cenário I corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III correspondem a uma alteração positiva e negativa de 25% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Notas Explicativas**Rio+ Saneamento BL3 S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de riscos financeiros--Continuação**5.2. Risco de mercado--Continuação**Risco de taxas de juros--Continuação

Operação	Risco	Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II -25%	Cenário III +25%
Ativo					
Equivalentes de caixa	CDI	243.274	274.000	266.312	281.687
Aplicações financeiras	CDI	207.902	234.160	227.590	240.730
Passivo					
Debêntures	IPCA	(3.749.775)	(3.900.141)	(3.862.643)	(3.937.639)
Ônus da concessão	IPCA	(304.438)	(316.646)	(313.602)	(319.690)
Passivo líquido		(3.603.037)	(3.708.627)	(3.682.343)	(3.734.912)
Efeito líquido			(105.590)	(79.306)	(131.875)
CDI (a.a.)			12,63%		
IPCA (a.a.)			4,01%		

5.3. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos às debêntures, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (valores não descontados):

	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2025				
Fornecedores	77.495	77.495	-	-
Debêntures	3.749.775	20.914	45.390	3.683.471
Passivos de arrendamento	5.901	3.075	2.188	638
Ônus da concessão	304.438	304.438	-	-
Débitos com partes relacionadas	2.305	2.305	-	-
	4.139.914	408.227	47.578	3.684.109

Notas Explicativas**Rio+ Saneamento BL3 S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gestão de riscos financeiros--Continuação**5.3. Risco de liquidez--Continuação**

	Valor contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2024				
Fornecedores	72.673	72.673	-	-
Debêntures	3.355.030	-	18.758	3.336.272
Passivos de arrendamento	2.827	2.048	615	164
Ônus da concessão	513.624	513.624	-	-
Débitos com partes relacionadas	2.088	2.088	-	-
	3.946.242	590.433	19.373	3.336.436

5.4. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. Para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde as debêntures e passivos de arrendamento, subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser assim sumariados:

	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures (Nota 18)	3.549.761	3.165.006
Passivos de arrendamento (Nota 17)	5.901	2.827
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(243.812)	(460.030)
(-) Aplicações financeiras (Nota 7)	(118.361)	(121.505)
(-) Aplicações financeiras vinculadas (Nota 9)	(89.541)	-
Dívida líquida (a)	3.103.948	2.586.298
Total do patrimônio líquido (b)	235.751	351.960
Total do capital (a+b)	3.339.699	2.938.258
Índice de alavancagem financeira - % [a/(a+b)]	92,94%	88,02%

Notas Explicativas**Rio+ Saneamento BL3 S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	538	217
Equivalentes de caixa	243.274	459.813
	243.812	460.030

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados por Certificados de Depósito Bancário ("CDB"), os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com remuneração média relacionada ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 de aproximadamente 100,50% do CDI (100,88% em 2024).

7. Aplicações financeiras

	31/12/2025	31/12/2024
Letra financeira	118.361	121.505
	118.361	121.505

As aplicações financeiras são representadas por letra financeira em banco cuja classificação de rating é AAA, com remuneração relacionada à média no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 de aproximadamente 102,04 % do CDI (102,2% em 2024). As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI.

8. Contas a receber de clientes

	31/12/2025	31/12/2024
Clientes (a)	733.389	556.434
Clientes - parcelamento (b)	30.650	25.593
Pontos arrecadadores (c)	978	1.125
Provisão para perdas de créditos esperadas	(424.350)	(242.810)
	340.667	340.342
Ativo circulante	337.059	340.342
Ativo não circulante	3.608	-

(a) Representa o saldo das contas emitidas e ainda não recebidas, além dos valores fornecidos ainda não faturados.

(b) Refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Companhia para a quitação de seus débitos.

(c) Refere-se aos agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Companhia.

Notas Explicativas**Rio+ Saneamento BL3 S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Contas a receber de clientes--Continuação

A composição dos saldos de clientes vencidos e a vencer está apresentada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer		
Faturado	79.178	70.886
Não faturado	53.290	46.662
Vencidas		
Até 30 dias	35.759	30.840
De 31 a 60 dias	22.277	20.469
De 61 a 90 dias	17.867	17.858
De 91 a 180 dias	51.705	51.473
Mais de 180 dias	504.941	344.964
	765.017	583.152

Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas

A seguir apresentamos a movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Saldo em 1º de janeiro de 2024	(130.990)
Constituição para perdas de crédito esperadas	(111.820)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(242.810)
Constituição para perdas de crédito esperadas	(181.540)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(424.350)

9. Aplicações financeiras vinculadas

A partir de maio de 2025, iniciou-se a constituição das contas reservas vinculadas à 2ª emissão de debêntures (1ª e 2ª série), com aplicações sendo realizadas em contas correntes específicas. Em 31 de dezembro de 2025, o montante aplicado de R\$ 89.541 corresponde à obrigação prevista na escritura de emissão e tem como finalidade assegurar os compromissos financeiros assumidos no âmbito da operação.

Notas Explicativas

Rio+ Saneamento BL3 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Despesas antecipadas

O total de despesas antecipadas em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 40.779 (R\$ 36.712 em 2024). O valor de R\$ 6.105, no ativo circulante, corresponde substancialmente aos benefícios a empregados de curto prazo (vale alimentação, planos de saúde, entre outros) e seguros a apropriar, enquanto que o valor de R\$ 34.674, no ativo não circulante, corresponde aos custos de transação referentes a três subcréditos do contrato FINEM, assinado com o BNDES em 2023, a serem desembolsados durante o contrato.

Conforme previsto no contrato de financiamento, no segundo semestre de 2024 foram emitidas 500.000 (quinhentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e fidejussória adicional, em série única, no valor nominal de R\$ 1 (um mil reais), perfazendo o total de R\$ 500.000, em substituição ao primeiro subcrédito (subcrédito A). As liberações dos demais subcréditos serão sequenciais, conforme comprovação de destinação do recurso liberado anteriormente.

11. Tributos a recuperar

Os impostos e contribuições a recuperar referem-se substancialmente aos resgates das aplicações financeiras e estão representados da seguinte forma:

	31/12/2025	31/12/2024
IRRF	15.973	16.543
CSLL	1.100	696
PIS	21	103
COFINS	96	477
	17.190	17.819

12. Ativo de direito de uso

	31/12/2025			31/12/2024		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Imóveis	7.765	(2.343)	5.422	6.342	(3.976)	2.366
	7.765	(2.343)	5.422	6.342	(3.976)	2.366

Notas Explicativas**Rio+ Saneamento BL3 S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Ativo de direito de uso--ContinuaçãoMovimentação do ativo de direito de uso:

	Saldos em 31/12/2024	Adições	Baixas	Amortização	Saldos em 31/12/2025
Imóveis	2.366	6.186	(356)	(2.774)	5.422
	2.366	6.186	(356)	(2.774)	5.422

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Baixas	Amortização	Saldos em 31/12/2024
Imóveis	3.451	1.326	(60)	(2.351)	2.366
	3.451	1.326	(60)	(2.351)	2.366

13. Imobilizado

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Equipamentos de informática	7.767	(4.046)	3.721	4.619
Veículos	1.533	(799)	734	1.041
Máquinas e equipamentos	267	(53)	214	159
Móveis e utensílios	3.714	(810)	2.904	2.468
	13.281	(5.708)	7.573	8.287

Movimentação do imobilizado

	Saldos em 31/12/2024	Adições	Reclassificação	Depreciação	Saldos em 31/12/2025
Equipamentos de informática	4.619	356	236	(1.490)	3.721
Veículos	1.041	-	-	(307)	734
Máquinas e equipamentos	159	78	-	(23)	214
Móveis e utensílios	2.468	266	496	(326)	2.904
	8.287	700	732	(2.146)	7.573

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Reclassificação	Depreciação	Saldos em 31/12/2024
Equipamentos de informática	4.120	655	1.121	(1.277)	4.619
Veículos	630	-	670	(259)	1.041
Máquinas e equipamentos	143	33	-	(17)	159
Móveis e utensílios	1.931	280	515	(258)	2.468
	6.824	968	2.306	(1.811)	8.287

Notas Explicativas**Rio+ Saneamento BL3 S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Ativo de contrato

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Infraestrutura em construção	306.551	339.627
	306.551	339.627

Movimentação do ativo de contrato:

	<u>Saldos em 31/12/2024</u>	<u>Adições</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldos em 31/12/2025</u>
Infraestrutura em construção	339.627	260.393	(692)	(292.777)	306.551
	339.627	260.393	(692)	(292.777)	306.551

	<u>Saldos em 31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldos em 31/12/2024</u>
Infraestrutura em construção	201.230	255.128	(2.306)	(114.425)	339.627
	201.230	255.128	(2.306)	(114.425)	339.627

As adições correspondem aos bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção, que são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos clientes, sendo mensurados pelo custo de aquisição. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível.

Custos de debêntures capitalizados

Os juros de debêntures capitalizados nos ativos da concessão somaram o montante de R\$ 161.825 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, sendo R\$ 141.563 referentes à capitalização de juros sobre a outorga e R\$ 20.262 referente aos demais ativos (R\$ 114.611 e R\$ 17.580, respectivamente, em 2024).

Notas Explicativas**Rio+ Saneamento BL3 S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Intangível

Os valores registrados a título de intangível referem-se à concessão para exploração da infraestrutura e apresenta a seguinte composição:

	31/12/2025		31/12/2024
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Softwares e aplicativos	2.214	(1.478)	736
Desenvolvimento de projetos	29.203	(367)	28.836
Outorga da concessão	2.608.089	(231.165)	2.376.924
Concessão/infraestrutura	418.843	(12.318)	406.525
	3.058.349	(245.328)	2.813.021

Os valores reconhecidos no intangível representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas utilizadas baseiam-se no prazo final da concessão ou na vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Sendo esse montante em 31 de dezembro de 2025 e 2024 composto pelos seguintes ativos:

	31/12/2025		31/12/2024
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Captação	6.000	(52)	5.948
Adutoras	60.349	(2.168)	58.181
Estação de tratamento de água - ETA	12.313	(366)	11.947
Reservatório	1.372	(39)	1.333
Booster	932	(34)	898
Elevatória - água	3.836	(66)	3.770
Substituição/expansão de rede de água	175.558	(2.583)	172.975
Ligação de água	43.867	(727)	43.140
Ligação de esgoto	1.314	(2)	1.312
Substituição/expansão de rede de esgoto	10.893	(167)	10.726
Elevatória - esgoto	3.684	(119)	3.565
ETE - Estação de Tratamento de Esgoto	15.062	(51)	15.011
Emissário	730	-	730
Benfeitorias em imóveis de terceiros	38.822	(1.093)	37.729
Máquinas e equipamentos	44.111	(4.851)	39.260
	418.843	(12.318)	406.525

Notas Explicativas

Rio+ Saneamento BL3 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Intangível--Continuação

Movimentação do intangível:

	Saldos em 31/12/2024	Adições	Baixas ¹	Amortização	Reclassificação	Transferências	Saldos em 31/12/2025
Softwares e aplicativos	1.153	-	-	(417)	-	-	736
Desenvolvimento de projetos	17.826	11.408	-	(358)	(40)	-	28.836
Outorga da concessão	2.499.017	149.385	(197.086)	(74.392)	-	-	2.376.924
Concessão/Infraestrutura	121.295	1.095	-	(8.642)	-	292.777	406.525
	2.639.291	161.888	(197.086)	(83.809)	(40)	292.777	2.813.021

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/2024
Softwares e aplicativos	1.612	-	-	(459)	-	1.153
Desenvolvimento de projetos	9.340	8.496	-	(10)	-	17.826
Outorga da concessão	2.447.984	125.334	-	(74.301)	-	2.499.017
Máquinas e equipamentos	8.352	1.355	(34)	(2.803)	114.425	121.295
	2.467.288	135.185	(34)	(77.573)	114.425	2.639.291

¹ Em 15 de janeiro de 2025 foi publicada no diário oficial a Deliberação AGENERSA nº 4846, deliberando a redução do valor da outorga global da Concessionária em R\$ 173.865 (valor histórico na data-base de dezembro de 2020), em decorrência da alteração no escopo originário da Concorrência Internacional SECC nº 01/21 pela saída dos municípios de Sapucaia, Itatiaia e Bom Jesus do Itabapoana. Conforme determinado no Art. 6º. desta deliberação, esta redução deverá ser compensada de forma integral quando do pagamento da 3ª parcela da outorga fixa. Sendo assim, em 31 de dezembro de 2025 o ativo intangível encontra-se reduzido dos montantes relativos ao valor da outorga fixa, incluindo a capitalização das respectivas atualizações monetárias e amortizações correspondentes aos referidos municípios.

16. Fornecedores

Os fornecedores estão assim representados:

	31/12/2025	31/12/2024
Materiais	3.680	3.525
Compra de água	62.495	60.961
Serviços	2.048	4.781
Infraestrutura	2.311	2.528
Outros	6.961	878
	77.495	72.673

Notas Explicativas**Rio+ Saneamento BL3 S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Passivos de arrendamento

A Companhia possui contratos de arrendamentos relativos às lojas comerciais, escritórios administrativos e almoxarifados. Os prazos de arrendamento das lojas comerciais geralmente variam entre 2 e 3 anos e os prazos de arrendamento dos escritórios administrativos e almoxarifados possuem 3 anos.

As obrigações da Companhia nos termos de seus arrendamentos são asseguradas pela titularidade do arrendador sobre os ativos arrendados. A Companhia está impedida de ceder e sublicenciar os ativos arrendados.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os passivos de arrendamento apresentaram as seguintes movimentações:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	2.827	3.932
Adições	6.186	1.326
Baixas	(433)	(62)
Juros e encargos financeiros	532	485
Amortização de principal	(2.716)	(2.347)
Amortização de juros	(495)	(507)
Saldo final	5.901	2.827
Circulante	3.075	2.048
Não circulante	2.826	779

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	31/12/2025	31/12/2024
2026	-	615
2027	2.188	131
2028	638	33
	2.826	779

Notas Explicativas**Rio+ Saneamento BL3 S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Debêntures

	Encargos	Vencimento	31/12/2025	31/12/2024
2ª emissão				
Debêntures (1ª série)	IPCA + 7,3274% a.a.	Novembro/2043	1.483.165	1.421.116
Juros (1ª série)			233.969	111.854
Debêntures (2ª série)	IPCA + 6,7856% a.a.	Novembro/2052	1.263.437	1.210.580
Juros (2ª série)			184.053	88.222
			3.164.624	2.831.772
(-) Custos de transação			(168.957)	(178.580)
Total 2ª emissão			2.995.667	2.653.192
3ª emissão				
Debêntures	IPCA + 7,15% a.a.	Dezembro/2052	583.390	521.826
Juros			1.761	1.432
			585.151	523.258
(-) Custo de transação			(31.057)	(11.444)
Total 3ª emissão			554.094	511.814
Total de debêntures			3.549.761	3.165.006
Circulante			13.439	-
Não circulante			3.536.322	3.165.006

2ª emissão de debêntures

Em 30 de outubro de 2023, em Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas, foi aprovada a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 2 (duas) séries, da Rio+ Saneamento BL3 S.A.

Em 15 de novembro de 2023, foram emitidas 2.500.000 (duas milhões e quinhentas mil) debêntures no valor nominal de R\$ 1 (um mil reais), sendo (i) 1.350.000 da 1ª série e (ii) 1.150.000 da 2ª série, perfazendo o total de R\$ 2.500.000. Em 05 de dezembro de 2023, ocorreu a integralização dos recursos oriundos destas debêntures.

As debêntures da 1ª série serão amortizadas em 35 (trinta e cinco) parcelas semestrais consecutivas e as debêntures da 2ª série serão amortizadas 53 (cinquenta e três) parcelas semestrais consecutivas, ambas devidas sempre no dia 15 (quinze) dos meses de maio e novembro de cada ano, sendo a 1ª (primeira) parcela devida somente no 36º (trigésimo sexto) mês contado da data de emissão, ou seja, em 15 de novembro de 2026, e de acordo com os percentuais de amortização previstos na escritura das debêntures. Os vencimentos finais das debêntures da 1ª série e 2ª série estão previstas para os dias 15 de novembro de 2043 e 15 de novembro de 2052, respectivamente. Os juros relativos à remuneração das debêntures serão pagos semestralmente nas mesmas datas previstas para amortização destas debêntures.

Notas Explicativas

Rio+ Saneamento BL3 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Debêntures--Continuação

2ª emissão de debêntures--Continuação

O valor unitário das debêntures é atualizado monetariamente pelo IPCA e os juros remuneratórios são correspondentes à variação do IPCA + 7,3274% a.a. para a 1ª série e à variação do IPCA + 6,7856% a.a. para a 2ª série.

Os recursos captados em relação às debêntures foram utilizados para o pré-pagamento do empréstimo ponte (1ª emissão de debêntures), bem como serão utilizados para o pagamento futuro e/ou reembolso de gastos, despesas, outorgas e/ou dívidas relacionados à implantação do projeto de investimento dos municípios do Rio de Janeiro (bairros AP-5), de Itaguaí e Seropédica.

3ª emissão de debêntures

Em 15 de junho de 2024 foram emitidas 500.000 (quinhentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, no valor nominal de R\$ 1 (um mil reais), perfazendo o total de R\$ 500.000.

As debêntures têm vencimento do principal e juros em 52 (cinquenta e duas) parcelas semestrais consecutivas, devidas a partir de 15 de junho de 2027 a 15 de dezembro 2052.

O valor unitário das debêntures será atualizado monetariamente pela variação acumulada do IPCA, incidindo juros remuneratórios prefixados de 7,15% ao ano, base 252 dias úteis.

Os recursos captados são destinados exclusivamente para o financiamento da ampliação e melhorias no sistema de abastecimento de água, localizado nos bairros situados na Área de Planejamento AP-5 do Município do Rio de Janeiro, atendendo a Itaguaí e Seropédica, e nos sistemas de abastecimentos de água e esgotamento sanitário dos Municípios de Paracambi, Pinheiral, Piraí, Rio Claro, Vassouras, Bom Jardim, Carmo, Macuco, Rio das Ostras, Sumidouro, Trajano de Moraes, Carapebus, Natividade, São Fidelis e São José de Ubá referente ao Bloco 3.

Covenants

Os contratos da 2ª e 3ª emissão das debêntures possuem condições que podem gerar antecipação do vencimento. O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento anual do índice financeiro determinado em contrato ou quando do não cumprimento de determinados *covenants* não financeiros.

Notas Explicativas

Rio+ Saneamento BL3 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Debêntures--Continuação

Covenants--Continuação

Todas as cláusulas restritivas financeiras possuem exigibilidade a partir de determinados "Completions" contratuais, conforme detalhados abaixo:

- "Completion Parcial 1": ocorrerá com o atendimento cumulativo das condições listadas em contrato, a partir da apresentação das demonstrações financeiras padronizadas completas, auditadas, relativas ao exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2027;
- "Completion Parcial 2": ocorrerá com o atendimento cumulativo das condições listadas em contrato, a partir da apresentação das demonstrações financeiras completas, auditadas, relativas ao exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2030; e
- A conclusão física e financeira total do "Completion Total" ocorrerá, a partir da apresentação das demonstrações financeiras padronizadas completas, auditadas, relativas ao exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2034, com o atendimento cumulativo das condições listadas em contrato.

Em 31 de dezembro de 2025, todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato das debêntures foram cumpridas pela Companhia.

A movimentação das debêntures para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	3.165.006	2.340.929
Captação	-	500.000
Juros e encargos financeiros	394.745	334.847
Custos de transação	(21.199)	(20.093)
Amortização dos custos de transação	11.209	9.323
Saldo final	3.549.761	3.165.006

As parcelas de longo prazo das debêntures têm o seguinte cronograma de pagamento:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Dívida	Custos de transação	Total líquido	Dívida	Custos de transação	Total líquido
2026	-	-	-	18.758	(22.202)	(3.444)
2027	45.390	(9.506)	35.884	40.592	(10.305)	30.287
2028	49.740	(9.157)	40.583	44.427	(10.278)	34.149
Após 2028	3.633.731	(173.876)	3.459.855	3.251.253	(147.239)	3.104.014
	3.728.861	(192.539)	3.536.322	3.355.030	(190.024)	3.165.006

Notas Explicativas**Rio+ Saneamento BL3 S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Ônus da concessão

Em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 304.438 no passivo circulante se divide em: (i) R\$ 3.021 (R\$ 2.302 em 2024) correspondente às parcelas mensais da outorga variável e da taxa de regulação e fiscalização, com vencimento em janeiro de 2026; e (ii) R\$ 301.417 (R\$ 511.322 em 2024 no passivo não circulante) relativos à terceira parcela da outorga fixa, atualizada pelo IPCA.

O montante correspondente à terceira parcela da outorga fixa encontra-se reduzido dos valores relativos à saída dos municípios Sapucaia, Itatiaia e Bom Jesus do Itabapoana (vide Nota 15), sendo R\$ 226.693 o montante atualizado da redução.

20. Obrigações tributárias

Os impostos e contribuições estão assim representados:

	31/12/2025	31/12/2024
PIS/COFINS/CSLL retidos	242	207
ISS	403	319
IRRF	1.156	1.059
PIS	794	890
COFINS	4.319	4.806
Outros	34	-
	6.948	7.281

Notas Explicativas**Rio+ Saneamento BL3 S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Imposto de renda e contribuição social**a) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem, de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos foram reconhecidos com relação a esses itens, pois é provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes. A utilização dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa são limitados a 30% do lucro fiscal do exercício em que este será utilizado.

	31/12/2024	Resultado	31/12/2025
Provisões para perdas de crédito esperadas para contas a receber	54.898	45.881	100.779
Provisão para contingências	423	1.141	1.564
Provisão para participação nos lucros	1.740	649	2.389
Provisão para gratificações	1.678	303	1.981
Provisões salários e encargos em acordo coletivo	435	161	596
Arrendamentos	156	6	162
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	246.537	71.795	318.332
Gastos pré-operacionais	15.385	(5.955)	9.430
Outras provisões	903	(746)	157
Ativo fiscal diferido	322.155	113.235	435.390
Juros capitalizados	(140.695)	(50.223)	(190.918)
Custo de atualização outorga	(15.178)	(2.659)	(17.837)
Passivo fiscal diferido	(155.873)	(52.882)	(208.755)
Tributos diferidos, líquidos	166.282	60.353	226.635

b) Conciliação da taxa efetiva:

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(176.562)	(223.910)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - alíquotas vigentes	60.031	76.129
(Adições) exclusões no cálculo do tributo:		
Permanentes	322	209
Total do imposto de renda e da contribuição social	60.353	76.338
Alíquota efetiva	34%	34%

Notas Explicativas**Rio+ Saneamento BL3 S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Partes relacionadasRemuneração de pessoal chave da Administração

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram pagos pela Companhia o montante total de R\$ 8.259 (R\$ 7.851 em 2024). Abaixo os valores estão segregados por natureza:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Salários	6.097	5.921
Encargos	1.823	1.616
Benefícios	277	260
Outros	62	54
	8.259	7.851

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Resumo das transações com partes relacionadas

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo circulante		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda. (b)	134	139
	134	139
Passivo circulante		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (a)	17	17
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda. (b)	2.284	2.003
Concessionária Águas de Juturnaíba S.A. (c)	4	66
Águas de Nova Friburgo Ltda. (c)	-	2
	2.305	2.088

Notas Explicativas

Rio+ Saneamento BL3 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Partes relacionadas--Continuação

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda. (b)	415	-
Águas de Niterói S.A. (c)	22	27
Águas de Nova Friburgo S.A. (c)	-	4
Águas do Paraíba S.A. (c)	17	-
Águas do Imperador S.A. (c)	3	-
Águas da Condessa (c)	29	-
Águas da Imperatriz S.A. (c)	7	45
	493	76
Despesas		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda. (b)	(22.279)	(18.009)

(a) Refere-se às despesas pagas pela acionista indireta relativas a serviços de tecnologia.

(b) Refere-se a: i) reembolso de despesas com informática e de prestação de serviços; ii) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, comercial, departamento pessoal e tecnologia da informação.

(c) Referem-se às transações de compra e venda de materiais, realizadas com as controladas da acionista indireta SAAB.

23. Provisão para contingências

As provisões para perdas são baseadas na opinião dos assessores legais externos da Companhia. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões para contingências estão assim demonstradas:

	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis e administrativas	4.411	1.242
Trabalhistas	116	-
Ambiental	72	-
	4.599	1.242

Cíveis e administrativas

As ações judiciais de natureza cível e administrativa têm os seguintes objetos: (i) abastecimento de água, totalizando R\$ 852 (R\$ 277 em 2024), (ii) danos em via pública, totalizando R\$ 14 (R\$ 21 em 2024), (iii) cobrança e serviços comerciais, totalizando R\$ 2.595 (R\$ 775 em 2024), e (iv) outros, totalizando R\$ 950 (R\$ 169 em 2024).

Notas Explicativas**Rio+ Saneamento BL3 S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Provisão para contingências--ContinuaçãoProcessos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia possui processos judiciais e administrativos, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, acredita que os riscos de perda são possíveis, e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. Essas causas estão distribuídas da seguinte forma:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Cíveis	77.123	50.692
Trabalhistas	8.098	3.151
Ambientais	-	219
	85.221	54.062

Cíveis

As ações judiciais de natureza cível têm os seguintes objetos: (i) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de água e esgoto por falta de pagamento, por irregularidades nos hidrômetros ou de falta de abastecimento, totalizando R\$ 7.315 (R\$ 5.932 em 2024); (ii) danos em via pública, totalizando R\$ 476 (R\$ 185 em 2024); (iii) cobrança e serviços comerciais, totalizando R\$ 58.099 (R\$ 36.886 em 2024); (iv) responsabilidade civil, totalizando R\$ 994 (R\$ 1.400 em 2024); (v) universalização do saneamento, totalizando R\$ 6.638 (3.535 em 2024); (vi) esgotamento sanitário, totalizando R\$ 3.135 (R\$ 2.546 em 2024); e (vii) outros, totalizando R\$ 466 (R\$ 208 em 2024).

Trabalhistas

As ações judiciais de natureza trabalhista têm os seguintes objetos: (i) estabilidade/doença ocupacional, totalizando o valor de R\$ 585 (R\$ 448 em 2024); (ii) responsabilidade subsidiária/solidária, totalizando o valor de R\$ 3.236 (R\$ 1.620 em 2024); (iii) acúmulo de funções, totalizando o valor de R\$ 1.173 (R\$ 261 em 2024); (iv) danos morais e assédio moral, totalizando o valor de R\$ 1.439 (R\$ zero em 2024); (v) hora extra, totalizando o valor de R\$ 603 (R\$ zero em 2024); (vi) outros, totalizando R\$ 1.062 (R\$ 822 em 2024).

Notas Explicativas**Rio+ Saneamento BL3 S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Patrimônio líquido**a) Capital social**

O capital social subscrito é de R\$ 875.003, sendo R\$200.000 a integralizar, perfazendo R\$675.003 de capital integralizado, e está representado por 875.002.500 (oitocentas e setenta e cinco milhões duas mil e quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

	31/12/2025		31/12/2024	
	Quantidade de ações (unidades)	Participação	Quantidade de ações (unidades)	Participação
Rio+ Saneamento Participações S.A.	875.002.500	100%	875.002.500	100%
	875.002.500	100%	875.002.500	100%

O estatuto social da Companhia não prevê nenhum aumento de capital autorizado.

b) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em virtude dos prejuízos apurados pela Companhia, não foi constituída a reserva legal no exercício de 2025.

c) Dividendos

Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendos mínimos de 25% do lucro líquido, calculados nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em virtude do prejuízo acumulado apurado pela Companhia, nenhum dividendo foi distribuído e/ou pago no exercício de 2025.

d) Prejuízo por ação

O cálculo do prejuízo básico e diluído por ação foi baseado no prejuízo do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias durante o exercício apresentado, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(116.209)	(147.572)
Média ponderada de ações em poder dos acionistas (unidades)	875.002.500	875.002.500
Prejuízo por ação básico e diluído	(0,13)	(0,17)

A Companhia não apresentou diferenças no cálculo do resultado básico e diluído por ação, visto que não possui instrumentos com potencial dilutivo.

Notas Explicativas**Rio+ Saneamento BL3 S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Receita líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de prestação de serviços	1.033.611	898.287
Receita de construção	266.309	257.550
Cancelamentos	(18.752)	(16.380)
	1.281.168	1.139.457
PIS e COFINS sobre serviços prestados	(93.087)	(80.722)
Impostos sobre serviços	(19)	(3)
Descontos concedidos	(12.509)	(11.909)
Receita líquida	1.175.553	1.046.823

26. Custos dos serviços prestados

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(67.322)	(69.800)
Taxas de recursos hídricos e ambientais	(7.710)	(7.768)
Ônus da concessão	(30.548)	(26.010)
Energia elétrica	(27.681)	(26.680)
Custo de construção	(266.309)	(257.550)
Compra de água	(341.668)	(324.830)
Materiais e manutenção aplicados nos serviços	(20.122)	(18.505)
Utilização de imóveis e telefonia	(110)	(45)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(27.708)	(26.809)
Serviços de terceiros	(16.466)	(17.615)
Depreciação e amortização	(67.103)	(76.695)
Outros	(2.080)	(2.053)
	(874.827)	(854.360)

Notas Explicativas**Rio+ Saneamento BL3 S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(69.309)	(71.093)
Utilização de imóveis e telefonia	(2.058)	(1.933)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(2.702)	(2.470)
Materiais de consumo	(244)	(502)
Serviços de terceiros	(41.066)	(35.555)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	(1.039)	(621)
Depreciação e amortização	(4.095)	(3.574)
Provisão para perdas de crédito esperadas das contas a receber	(181.540)	(111.820)
Despesas com comunicação	(1.730)	(2.439)
Provisão para contingências	(2.597)	(694)
Outras despesas	(15.265)	(16.817)
	(321.645)	(247.518)

28. Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Juros e multas vinculadas à operação	19.486	15.647
Rendimentos com aplicações financeiras	70.475	47.190
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(4.436)	(3.003)
Variação monetária sobre créditos tributários	1.721	1.551
Outras receitas financeiras	3.679	193
	90.925	61.578
Despesas financeiras		
Juros e atualização monetária sobre debêntures e outorga da concessão	(227.999)	(216.468)
Juros de arrendamentos	(532)	(495)
Custo de transação	(11.209)	(9.323)
Descontos concedidos	(5.932)	(3.132)
Tributos sobre operações financeiras	(165)	(133)
Outras despesas financeiras	(2.153)	(1.506)
	(247.990)	(231.047)
Resultado financeiro	(157.065)	(169.469)

Notas Explicativas**Rio+ Saneamento BL3 S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Seguros

A Companhia contratou os seguintes seguros:

Descrição de seguro	Vigência	Cobertura
Garantia de concessão	28/03/2025 a 28/03/2026	152.594
Responsabilidade civil geral	01/08/2025 a 01/08/2026	41.335
Responsabilidade civil de administradores	21/07/2025 a 21/07/2026	40.000
Responsabilidade civil ambiental	12/09/2025 a 12/09/2026	20.000
Riscos operacionais	01/08/2025 a 01/08/2026	214.223
Riscos operacionais – aluguéis	03/02/2026 a 03/02/2027	28.019
Risco engenharia	01/01/2025 a 28/08/2026	67.753
Seguro Garantia	30/08/2024 a 10/05/2029	15.877

30. Transações que não envolvem caixa

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2025	31/12/2024
Arrendamentos	5.830	1.326
Juros de debêntures capitalizados	161.825	132.191
Atualização monetária do ônus da concessão capitalizada	7.822	10.722

Notas Explicativas

Rio+ Saneamento BL3 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Compromissos vinculados ao contrato de concessão

A Companhia possui obrigação de pagamento da outorga fixa devida ao Estado do Rio de Janeiro, em três parcelas, sendo (i) primeira parcela, no valor de R\$ 1.430.990, paga em 28 de março de 2022; (ii) segunda parcela, no valor de R\$ 330.228, paga em 3 de agosto de 2022; e (iii) terceira parcela, acrescida de atualização pelo IPCA, registrada no passivo circulante de 31 de dezembro de 2025 no valor total de R\$ 301.417 (R\$ 511.322 em 2024).

A Companhia possui, ainda, a obrigação de pagamento de outorga variável, sendo que deverá destinar aos municípios atendidos pela prestação regionalizada dos serviços o valor correspondente a 3% (três por cento) do total da receita arrecadada no mês anterior oriundas do pagamento das tarifas por usuários localizados em seu território.

A Companhia paga mensalmente ao fundo de desenvolvimento da região metropolitana o valor correspondente a 0,5% (meio por cento) do total da receita tarifária arrecadada no mês anterior, nos municípios que compõem a região metropolitana de Estado do Rio de Janeiro.

A Companhia também possui compromisso mensal de pagamento da taxa de regulação ao Poder Concedente, que corresponde a 0,5% das receitas próprias faturadas mensalmente. A Companhia possui compromissos: (i) em relação a cobertura de água potável de atender 99% da população até 2033 em todos os municípios da concessão; (ii) com relação à cobertura de esgotamento sanitário de atender 90% da população até 2033 em todos os municípios da concessão; (iii) reduzir os índices de perdas até 2031 para 25%.

Notas Explicativas

Rio+ Saneamento BL3 S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Eventos subsequentes

Terceira parcela da outorga da concessão

Conforme Deliberação AGENERSA nº 4918/2025, em vigor desde a data de sua publicação (art. 5º), em 9 de junho de 2025, foi (i) reconhecido o direito da Concessionária ao reequilíbrio econômico-financeiro pelo excedente de economias beneficiárias de Tarifa Social em relação ao limite percentual de 7,5% da totalidade das economias ativas constantes do cadastro da Concessionária estabelecido na subcláusula 33.4.10 nos dois primeiros anos da Concessão; (ii) determinado que o montante devido a título de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão do Bloco III à Concessionária deverá ser compensado mediante abatimento do valor remanescente devido pela Concessionária a título da terceira parcela da outorga fixa; (iii) determinado, para tanto, os valores devidos atualizados monetariamente até a data de vencimento do prazo para pagamento da terceira parcela da outorga fixa, nos moldes do Parecer Técnico CAPET n.º 095/2025, de 27 de março de 2025.

Em face da referida decisão, tanto o Estado quanto a Concessionária interpuseram recursos administrativos. O Estado questiona exclusivamente a modalidade de reequilíbrio econômico-financeiro adotada, que prevê o abatimento do valor remanescente da terceira parcela da outorga fixa. Já a Concessionária contesta o cenário (iii) utilizado para o cálculo do reequilíbrio, defendendo que o cenário (iv), conforme Nota Técnica da FIPE, reflete melhor a matriz de riscos contratual. Os recursos foram recebidos sem efeito suspensivo, conforme o Regimento Interno da AGENERSA. O Estado apresentou em seu recurso pedido para que fosse buscada conciliação quanto à modalidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. A Concessionária anuiu com a tentativa de conciliação e ambas as partes solicitaram à Conselheira Relatora a suspensão da tramitação do processo administrativo em questão, incluídos todos os prazos processuais, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir do dia 21 de julho de 2025. O pedido de suspensão dos trâmites processuais para que as partes possam buscar uma solução consensual foi deferido pela Relatora em despacho de 19 de julho de 2025. Vencido o prazo de suspensão da referida tramitação, a partir de 04 de setembro foram concedidas novas prorrogações.

As negociações entre as partes foram concluídas, com diversos cenários sendo avaliados, porém, o processo de mediação foi encerrado no dia 30 de janeiro de 2026, sem acordo. As partes apresentaram as contrarrazões no dia 5 de fevereiro de 2026 e neste momento segue aguardando julgamento da AGENERSA.

Considerando a Deliberação AGENERSA nº4918/2025, bem como o procedimento de conciliação inaugurado e a suspensão da tramitação de tal processo administrativo, incluídos todos os prazos processuais, o pagamento relativo à terceira parcela da outorga fixa encontra-se suspenso por este período, não havendo qualquer descumprimento do disposto na Cláusula 35 do Contrato de Concessão quanto ao pagamento da outorga fixa.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da
Rio+ Saneamento BL3 S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rio+ Saneamento BL3 S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Capitalização de gastos nos ativos de contrato de concessão e intangível

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha registrado saldos de ativos de contrato de concessão e ativos intangíveis de concessão, divulgados nas notas explicativas 14 e 15, nos montantes de R\$ 306.551 mil e R\$ 2.813.021 mil, respectivamente, que, em conjunto, representam a infraestrutura da concessão e são reconhecidos com base nos investimentos realizados na aquisição, construção ou melhoria da infraestrutura correspondente ao contrato de concessão.

O contrato de concessão representa o direito de exploração da infraestrutura, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os ativos de contrato referem-se aos ativos intangíveis de concessão ainda em construção que são transferidos para a rubrica ativo intangível quando entram em operação. Os ativos intangíveis de concessão são realizados através da cobrança de tarifa aos usuários dos serviços prestados. Os saldos de capitalização de gastos no ativo intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 perfazem o montante de R\$ 161.888 mil e as movimentações do ativo de contrato o montante de R\$ 260.393 mil. Os critérios de reconhecimento desses valores investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas 3.4 e 3.5.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista o negócio em que a Companhia está inserida e a modelagem dos contratos de concessão junto ao poder concedente, requer que a Companhia efetue investimentos relevantes na infraestrutura de sua concessão, os quais são classificados como ativo de contrato e transferidos para a rubrica ativo intangível quando entram em operação. As capitalizações envolvem a utilização de premissas e um grau de julgamento elevado e, consequentemente, podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizados.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o entendimento do ambiente de controles internos relacionados aos investimentos com a concessão, incluindo os critérios para a determinação da classificação contábil entre custos capitalizados do ativo de contrato, ativo intangível e despesas de manutenção; (ii) avaliação dos critérios de classificação de gastos como ativo de contrato de concessão e intangível; (iii) com base em amostragem, para adições ocorridas no ativo de contrato de concessão e intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, consideramos a adequação da classificação dos valores dos investimentos entre ativo de contrato, ativo intangível e gastos com manutenção no resultado do exercício, bem como a natureza desses investimentos; (iv)

avaliação do processo de transferência dos projetos em andamento para a rubrica ativo intangível para determinar o início do registro da amortização; e (v) avaliação da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria indicando o início tardio do registro da amortização relativa ao projetos transferidos do ativo de contrato para a rubrica do ativo intangível, sendo este ajuste não registrado pela administração tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a capitalização de gastos nos ativos de contrato de concessão e intangível, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios determinados pela diretoria da Companhia para definição e mensuração dos gastos elegíveis a capitalização ao ativo de contrato da concessão e intangível, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.4, 3.5, 14 e 15, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recuperabilidade de créditos fiscais diferidos

Conforme mencionado nas notas explicativas 21.a, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui saldos significativos de créditos fiscais diferidos. A recuperabilidade desses ativos é revisada anualmente com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas e operacionais que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. A avaliação quanto à recuperabilidade desses ativos, tem alto grau de subjetividade, assim como é baseado em premissas que refletem cenários econômicos incertos e operacional da Companhia.

Devido à relevância dos saldos, o nível de incerteza e alto grau de julgamento inerentes à determinação dos valores recuperáveis correspondentes, consideramos este tema um assunto significativo para a auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) o entendimento do ambiente de controles internos relacionados às projeções de lucros tributáveis futuros preparadas pela diretoria; (ii) o envolvimento de nossos especialistas em tributos para nos auxiliar na revisão das apurações dos impostos relativas aos lucros tributáveis futuros; (iii) conferência da completude e cálculos matemáticos das projeções dos lucros tributáveis futuros; (iv) revisão das principais premissas e metodologias de cálculo utilizadas nas estimativas e projeções dos lucros tributáveis futuros; e (v) avaliação da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-RJ090174/O

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em cumprimento ao artigo 27 da Resolução CVM n.º 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, os abaixo assinados, diretores da Rio+ Saneamento BL3 S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Victor Civita, 66, bloco 01, salas 201 e 202, Jacarepaguá, inscrita no CNPJ sob o n.º 42.292.007/0001-74 ("Companhia"), declaram que:

(i) nos termos da lei e do Estatuto Social da Companhia, reviram, discutiram e concordam com as informações das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2026.

Leonardo das Chagas Righetto
Diretor Presidente

Marilu dos Santos Silva Costa Neves
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em cumprimento ao artigo 27 da Resolução CVM n.º 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, os abaixo assinados, diretores da Rio+ Saneamento BL3 S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Victor Civita, 66, bloco 01, salas 201 e 202, Jacarepaguá, inscrita no CNPJ sob o n.º 42.292.007/0001-74 ("Companhia"), declaram que:

(i) nos termos da lei e do Estatuto Social, reviram, discutiram e concordaram com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2026.

Leonardo das Chagas Righetto
Diretor Presidente

Marilu dos Santos Silva Costa Neves
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores